

Política

CONSTITUINTE

Não adiantaram as advertências de Sarney, nem as articulações dos grupos governistas: depois de um discurso-resposta de Ulysses Guimarães, o projeto da Constituição foi posto em votação e aprovado por grande maioria. Agora, só com acordos entre os partidos será possível arranjar 280 votos para tentar melhorar o texto.

403 a 13: o governo perde.

Quatrocentos e três votos, 123 a mais do que o mínimo necessário, aprovaram em segundo turno, ontem, às 17h30, o projeto de Constituição tal como havia sido aprovado em primeiro turno, ressalvados todos os 1.744 destaques, que começam a ser votados hoje. Treze constituintes votaram contra o projeto e 55 se abstiveram, acompanhando recomendação do líder do PFL, deputado José Lourenço (BA).

O processo de votação do projeto de Constituição em segundo turno foi iniciado às 16h50, após a manifestação de Ulysses Guimarães e de alguns líderes e sucessivas questões de ordem (a principal das quais, do líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, que pretendia a possibilidade de Destaque para Votação em Separado — DVS — não foi aceita por Ulysses), com o encaminhamento da votação pelos líderes partidários.

Ulysses Guimarães não aceitou o argumento de Carlos Sant'Anna de que no processo de segundo turno se daria o mesmo processo ocorrido no primeiro turno, afirmando que isso levaria a um terceiro turno não previsto na emenda constitucional convocatória da Constituinte e pelo fato de que um DVS feito por 187 constituintes não pode invalidar um projeto aprovado por 280 constituintes.

O líder do PFL, José Lourenço, o primeiro a encaminhar, recomendou o voto de abstenção, porque "votar não seria muito perigoso", dizendo que a responsabilidade ficaria para aqueles que votaram sim ao projeto de inviabilização do País. "serão estes que quebrarão o Brasil".

Os demais líderes recomendaram a aprovação do projeto, embora alguns tenham discordado dele, pedindo negociação ampla a partir de hoje, como o líder do PTB, Gastone Righi (SP). O líder do PDT, Brandão Monteiro (RJ), lembrou o árduo trabalho de um ano e meio de elaboração da Constituição para que o projeto fosse aprovado "contra os aventureiros golpistas".

Os líderes do PCB, Roberto Freire (PE), e do PC do B, Haroldo Lima (BA), concordaram que o texto não é o mais perfeito, mas que contém significativos avanços e "pode até ser considerado progressista" (segundo Freire). Também a favor do projeto, embora discordando deles, da Constituinte e até de sua convocação, apresentou-se o líder do PDS, Amaral Netto (RJ): "Vamos votar sim, porque se votar não, não tem solução".

O PT foi o único partido a encaminhar declaração de voto à Presidência da Constituinte: o líder Luís Inácio Lula da Silva (SP) disse, da tribuna, que a posição original do partido era pelo voto não, mas diante "das circunstâncias, da ameaça de tumulto aos trabalhos da Constituinte pelas forças reacionárias", a bancada decidiu pelo voto sim.

O líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), acenou com a fase de negociação do segundo turno como a melhor maneira de aprovar o projeto, deixando por os destaques os acordos de alteração. Por fim, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) lembrou o aval de Ulysses Guimarães ao projeto de Constituição como o fator mais importante para a negociação do segundo turno e as possíveis alterações que poderão ocorrer a partir das votações de hoje.

Assim que Ulysses, terminado seu discurso, anunciou a votação do projeto, globalmente, o deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) levantou questão de ordem, com apoio de Inocêncio Oliveira (PFL-PE) para sustentar que o projeto deveria ser votado título por título, como se fez no primeiro turno. Seu argumento era de que a resolução n.º 3 (iniciativa do Centrão) não tinha feito apenas uma alteração no regimento da Constituinte, mas o tinha revogado, e como ela não estabelece a sistemática de votação do segundo turno, devia ser observado o que ela própria fixou para o primeiro. O líder do PMDB, Nelson Jobim, rebateu a alegação, assinalando que a resolução n.º 3 revogaria o que com ela entrasse em choque, o que não era o caso da votação do 2.º turno, que está prevista pelo regimento interno. Foi também o que disse Ulysses. "Vamos cumprir o que diz o regimento", concluiu.

Alterações, só com acordos de lideranças.

O presidente Sarney não terá poderes para influir em qualquer modificação do texto constitucional na votação do segundo turno, sem acordos das lideranças. Isso ficou claro no resultado da votação de ontem, um dia depois de Sarney ir à tevê para alegar que o texto tornaria o País ingovernável. Aceitaram os argumentos do presidente apenas 13 constituintes que votaram contra o texto. Nem mesmo os líderes do governo, Carlos Sant'Anna e Saldanha Derzi concordaram com Sarney e preferiram abster-se de votar contra.

Para um dos líderes do Centrão, deputado Basílio Vilani, um especialista em cálculos na Constituinte, o próprio quórum da votação de ontem — 471 constituintes presentes em plenário — prova que durante o segundo turno não estarão presentes mais que 400 parlamentares nas votações comuns.

Dos 13 constituintes que votaram contra, três sofrem influência direta do ministro Antônio Carlos Magalhães — seu irmão, Angelo Magalhães, o filho Luis Eduardo e a esposa do secretário-geral do Ministério, Rita Furtado. Além desses, votaram de acordo com a vontade de Sarney os senadores Roberto Campos e Irapuan Costa Jr. e os deputados Francisco Carneiro, Gibson Machado, Levy Dias, Paes Landim, Pedro Ceolim, Ricardo Fiuza e Vieira da Silva.

Os 55 votos de abstenção são de integrantes do Centrão que demonstraram com isso, segundo um dos líderes do grupo, que não concordam com algumas partes do texto.



Os constituintes gostaram e aplaudiram o discurso de Ulysses, que deixou o líder do PFL esbravejando sozinho no plenário. Em Urucu, Sarney estava tenso, mas nada comentou sobre o contra-ataque de Ulysses.



Uma resposta direta a Sarney

"A Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade" — afirmou ontem Ulysses Guimarães, num contundente discurso de resposta ao pronunciamento do presidente Sarney que, na véspera, em cadeia de rádio e tevê, disse que a futura Constituição tornará o País ingovernável.

Aplaudido de pé pela grande maioria do repleto plenário — com a exceção de algumas dezenas de integrantes do PFL e do Centrão — quando chegou, às 15h50, e no final do discurso, Ulysses acrescentou: "A governabilidade está no social. A fome, a miséria, a ignorância, a doença inassistida são ingovernáveis".

"Esta Constituição, o povo brasileiro me autoriza a proclamá-la — assinalou —, não ficará como bela estátua inacabada, mutilada ou profanada. O povo nos mandou aqui para fazê-la, não para ter medo".

Ulysses chegou acompanhado de sua mulher, d. Mora, e, assim que assumiu a presidência da sessão, começou a pedir aos constituintes que ocupassem seus lugares. Parecia emocionado. Esperou alguns minutos, sob tenso silêncio, enquanto chegavam os parlamentares que estavam nos gabinetes. Até aquele momento, dos 29 oradores

que haviam passado pelos microfones, 23 tinham repellido as críticas do presidente da República, pedindo, alguns deles, resposta do presidente da Constituinte. Apenas dois defenderam Sarney: Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Leite Chaves (PMDB-PR). Quatro trataram de outros assuntos.

Ulysses começou a ler seu discurso, ao qual ele próprio deu o título de "A Constituição cidadã". Do início ao fim, refutando as críticas do presidente Sarney. O projeto que chegou ao segundo turno, segundo ele, é fruto de "trabalho competente e responsável dos constituintes". Sua elaboração esteve sempre aberta às críticas e contribuições. Inevitavelmente, observou, o projeto abriga imperfeições e é por isso que existe o segundo turno de votação. "Vamos corrigi-las" — disse. "Mas mesmo na fase atual, temos muito mais do que nos orgulhar do que de nos arrepender".

Reservou também uma observação que alguns entenderam ser dirigida ao presidente Sarney e outros interpretaram como uma direta ao líder do PFL, José Lourenço (português de nascimento), que nos últimos dias andara pedindo que se "zerasse" a Constituinte. "Não ouvimos o establishment,

encarnado no velho do Restelo, conclamando Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e Camões para permanecerem em casa, saboreando bacalhau e caldo verde ao invés de partirem para a aventura das Índias, do Brasil e dos 'Lusíadas'". José Lourenço, que ouvia o discurso de pé, na frente do corredor central do plenário, fez duas breves inclinações com a cabeça.

O presidente da Constituinte deu resposta a alguns pontos preciosos citados por Sarney. A crítica de que a Constituição deixará a União sem dinheiro, respondeu que "Federação é governo junto com o homem, não o homem correndo atrás do governo estadual ou de Brasília, freqüentemente longínquo e indiferente. O que se estabeleceu foi a alforria do homem e de seus governantes". E defendeu as modificações feitas na área da seguridade e da previdência social, principalmente em relação ao trabalhador rural e aos aposentados.

José Lourenço começou a falar, a seguir, sob vaias e gritos de "fala, Salazar". Mas surpreendeu o plenário, dizendo que o projeto resultaria do trabalho de todos e não somente do PMDB, e que a Nação espera que sejam feitas as correções que o próprio Ulysses admite que são necessárias.

Um confronto dos dois discursos

3 — Carta moderna
Sarney — Defendo uma Carta moderna, com avanços sociais. Uma Constituição que seja um marco na história do pensamento político brasileiro.

Ulysses — Da Constituinte que escrevemos, assinala-se a sua coragem em inovar, a começar pela arquitetura original de sua confecção.

4 — O retrocesso
Sarney — O Brasil pode ser o país do que poderia ter sido e não foi. Promissor, mas sem precedentes e, portanto, sem futuro.

Ulysses — Temos muito mais do que nos orgulhar do que nos arrependermos da Constituição que escrevemos. Terá cheiro de amanhã, não de hoje.

5 — País ingovernável
Sarney — Os brasileiros receiam que a Constituição torne o País ingovernável. E isso não pode acontecer.

Ulysses — A Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade, que está no social. A fome e a miséria são ingovernáveis.

6 — Redistribuição Tributária
Sarney — A Constituição agrava o quadro da União ao determinar uma perda de receita próxima de 20% já em 89.

Ulysses — A alforria dos homens e dos governantes foi decretada pela transferência de 47% dos recursos da União para Estados e Municípios.

7 — Previdência Social
Sarney — A questão da seguridade social é difícil. A Constituição cria benefícios que não podem ser avaliados e nem pagos.

Ulysses — Estamos instituindo a universalidade dos benefícios, mesmo aos que não possam contribuir. Estamos entre sete países que a adotam.

8 — Quem se beneficia da Constituição
Sarney — A Constituição representa uma grande frustração nacional daqueles que pensaram que receberam benefícios e não os vão receber.

Ulysses — Esta será a Constituição cidadã. Porque recuperará como cidadãos milhões de brasileiros, segregados nos quotas da perseguição social.

9 — De quem é a Constituição
Sarney — A Constituição deve servir ao Brasil, a 140 milhões de brasileiros de todas as latitudes, um instrumento consensual.

Ulysses — O Brasil será uma República representativa, teremos a convivência e a fiscalização de mandatos e mandatários a serviço da sociedade.

10 — As pressões
Sarney — O sentido deste pronunciamento é dar aos constituintes a visão de quem terá de cumprir o texto constitucional. De quem governa.

Ulysses — Esta Constituição, o povo brasileiro me autorizou a proclamá-la. O povo nos mandou aqui para fazê-la. Não para ter medo.

Telefonemas. E Ulysses toma sua decisão.

Um telefonema de um ministro militar e a conversa, também por telefone, com ministros e dez governadores de Estado deram a certeza ao presidente da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, de que sua decisão de responder ao pronunciamento do presidente José Sarney e realizar a votação do segundo turno estavam corretas.

O dia do presidente da Constituinte começou cedo. Passavam algumas horas de ontem quando se recolheu à residência oficial da Presidência da Câmara dos Deputados, depois de conversar a noite inteira com os principais líderes e ministros do PMDB. Na pauta, como responder ao pronunciamento do presidente José Sarney, contornar a crise dos números da Previdência, a indignação do ministro Renato Archer e a decisão de votar-se ou não o texto aprovado no segundo turno.

Menos de 24 horas depois, o multipresidente Ulysses Guimarães pôde saborear no painel da Constituinte a sua múltipla vitória pessoal. Seu discurso respondera

plenamente ao pronunciamento de Sarney, o ministro Archer permaneceu ministro (veja a página seguinte) e a tática de votar o projeto dera certo. "Foi uma vitória consagrada", resumiu jubilante diante dos 403 votos obtidos.

"A Constituição, com as correções que faremos, será a guardiã da governabilidade", respondeu diretamente ao presidente Sarney, no discurso redigido por ele mesmo, em seu inconfundível estilo de frases curtas, secas e diretas.

O silêncio durante as palavras de Ulysses só foi interrompido pelas palmas e pelas vaias e agressões verbais ao deputado José Lourenço, chamado de "Salazar" e "constituinte de Angola".

Sua ironia não se ateve às nove laudas do discurso. Aos jornalistas, disse que não poderia negar apoio ao presidente Sarney. "Quem age desta forma tem sentimentos de fraternidade para com todos os brasileiros, inclusive com o presidente da República".

Algumas filas à frente de D. Mora, mulher de Ulysses, que foi ao plenário assistir à "performance" do marido, se encontrava

o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que após permanecer em pé no meio do plenário, por alguns minutos, resolveu sentar-se para não ser incomodado, e o lugar mais próximo que encontrou foi ao lado de oposicionistas, como Chico Humberto (PDT-MG), Aldo Arantes (PC do B-GO) e Fernando Santana (PCB-BA).

Até o início da tarde Ulysses convivia com a dúvida de usar ou não o horário do "Diário da Constituinte", na televisão, ou sentar na mesa da Constituinte e de lá mesmo dar sua resposta a Sarney. Quando chegou ao Congresso Nacional e ouviu vários parlamentares, Ulysses optou por discursar investido de presidente da Assembleia Nacional Constituinte.

Cansado, mas vitorioso, Ulysses ainda encontrou ânimo e fôlego para receber a Central Única dos Trabalhadores, a Confederação Geral dos Trabalhadores e a Contag. "Mande entrar", ordenou ao segurança do seu gabinete. Sua rotina voltava ao normal.

Sarney está certo, dizem os empresários.

O pronunciamento feito na noite de terça-feira pelo presidente Sarney continuou dividindo opiniões ontem. Para o presidente do grupo francês Euresst-Wagons-Lits, Paulo Oliveira Pires, as críticas de Sarney à Constituinte são procedentes: "O Brasil não pode continuar assustando o capital estrangeiro, pois ele é importante para o desenvolvimento econômico do País". O tributarista Ives Gandra da Silva Martins concordou: "O diagnóstico é correto quanto à ingovernabilidade do Brasil em caso de aprovação das mudanças na Ordem Econômica e na Reforma Tributária". Mesmo assim, afirmou que "o presidente é culpado pelos desacertos da economia brasileira" citando os Planos Cruzados e Bresser como fatores de desorganização da administração do País.

O vice-presidente executivo da Duratex, Paulo Setúbal Neto, acha que Sarney agiu com realismo: "Os investimentos precisam continuar e não será imposto mais tributação e aumento dos custos para empresas que se vai conseguir favorecer novos investimentos no setor produtivo". O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro concordou: "O povo não pode ser iludido por miçangas enganosas", disse Arthur João Donato.

Para o presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul, César Rogério Valente, a Nação ficará mesmo ingovernável se o atual projeto for mantido como está, "paternalista e demagógico": "O presidente chamou a atenção para os absurdos e para o fato de que a nova Carta, como está, é inexecutável".

"Foi importante ele se posicionar sobre o custo da Constituição. E preciso que os brasileiros saibam que ela vai ter peso muito grande na economia do País. E quem vai pagar a conta somos todos nós", disse o presidente da Associação Brasileira de Supermercados, Arthur Sondas.

O presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos, comparou o projeto a "uma namorada adélica" — "não podemos transar com ela, nem namorar, nem pensar em fazer família, porque ficaremos doentes, emagreceremos e morreremos. Isso é a Constituinte".

Para os empresários de dez entidades mineiras, não só o Brasil ficará ingovernável como as empresas se tornarão "inadmissíveis", conforme documento de apoio enviado ao presidente Sarney. O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Nansen de Araújo, defendeu a tese de "zerar" a Constituinte: "A empresa quis mudar seu estatuto, contratou os advogados e eles foram passear. Na volta, fizeram o estatuto de qualquer jeito, mas a empresa viu a tempo que, se o adotasse, iria à falência. Preferiu não adotá-lo, não falir e partiu para outro estatuto", comparou.

Menos drástico, o presidente do Grupo Gerdau, Jorge Gerdau Johanpeter, propôs uma auditoria independente, de técnicos de confiança, no projeto constitucional, para analisar "a dimensão econômica das decisões tomadas e definindo quem as pagará". A auditoria poderia ser feita em poucos dias, sem atrapalhar o andamento da Constituinte, sugeriu.

Contras

O governo é o principal fator de ingovernabilidade, analisou o professor José Guilhon de Albuquerque, chefe do Departamento de Ciências Políticas da USP. "O governo não governou", disse, "e usa o argumento na ingovernabilidade para desculpar sua total falta de ação".

Guilhon também criticou a resposta dada ontem pelo presidente da Constituinte a Sarney. Ulysses não o convenceu, porque também "está muito desgastado. Ele compactuou com as pressões e jogadas ilegítimas do governo no processo de elaboração da Constituição".

Se Sarney quer intervir na Constituinte deve organizar uma base parlamentar e não ir falar em cadeia de rádio e tevê, criticou o cientista político Bolívar Lamounier. "Ao manifestar-se tardiamente em tom de pessimismo e alarme, o governo prestou um desserviço à Nação", diz nota oficial do presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Marcio Thomaz Bastos.

Outra defesa da Constituinte foi feita no manifesto assinado pelos presidentes da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Associação Brasileira de Imprensa, Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior e União Brasileira de Escritores, contra "o rolo compressor de ameaças" ao texto aprovado no primeiro turno.

Ulysses, censurado pela Radiobrás?

Por decisão pessoal do diretor administrativo da Radiobrás, Geraldo Magela, foram cortados sete dos 12 minutos do pronunciamento de ontem do presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, que foi ao ar no Diário da Constituinte. Magela foi acusado pelo deputado Marcelo Cordeiro de "censurar de forma brutal e arbitrariamente uma decisão da Constituinte". Magela se defendeu. Alegou não ter sido avisado que o programa de ontem teria 12 minutos e não os habituais cinco. A desculpa não foi aceita — e por determinação do ministro Costa Couto, do Gabinete Civil, o pronunciamento foi repetido, mas na íntegra, às 20h30. Mesmo que o equívoco tenha sido reparado, Cordeiro acha que permanece uma dúvida: foi decisão de Magela ou orientação de alguém do governo?